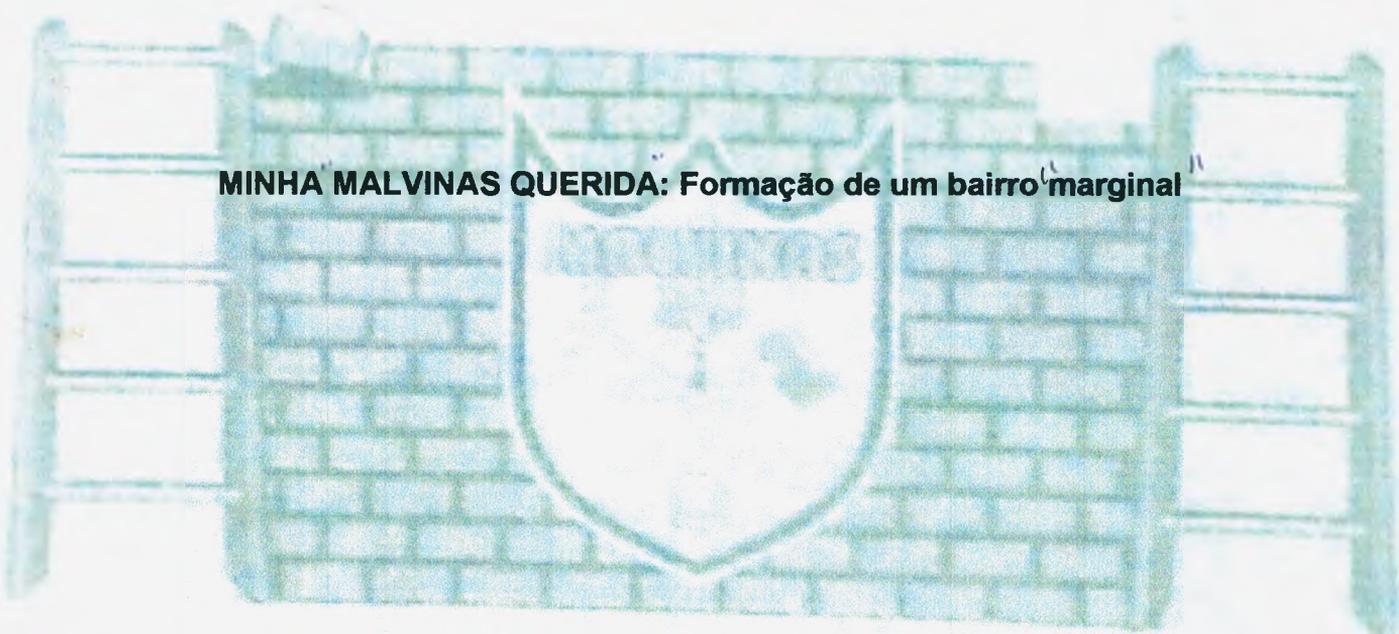


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**



MINHA MALVINAS QUERIDA: Formação de um bairro marginal

SURAMA ROCHA SILVA

CAMPINA GRANDE, SETEMBRO DE 2008

SURAMA ROCHA SILVA

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História sob a orientação da Professora Dra. Regina Coeli Gomes do Nascimento.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO DE 2008**

SURAMA ROCHA SILVA

MINHA MALVINAS QUERIDA: Formação de um bairro marginal

Banca Examinadora

Professora Doutora Regina Coeli Gomes do Nascimento

Professor Mestre Giscard Farias Agra

Professor Mestre José Pereira Júnior

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO DE 2008**



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

*Por toda uma vida de incentivos,
ensinamentos e dedicação, sempre
apostando na minha formação e no
meu crescimento profissional,
dedico este trabalho aos meus pais
Aguinaldo Gomes e Maria das
Neves.*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção do espaço intra-urbano do conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, que recebeu o nome de Malvinas, em atribuição a um evento contemporâneo, a Guerra das Malvinas, que estava em evidência da mídia no momento. O bairro está situado na cidade de Campina Grande.

Construído na década de 1980, esse conjunto inscreve-se no contexto das políticas públicas de habitação social, bem como no processo de periferização planejada, o qual expandiu o tecido urbano nas direções marginais do centro urbano, nesse caso o conjunto foi planejado para a Zona Oeste do município. No processo de expansão da cidade, cada vez mais, os trabalhadores assalariados de baixa renda são impelidos para as áreas mais periféricas, notadamente para os conjuntos habitacionais populares.

Muitos deles, impossibilitados de adquirir a sua casa própria de modo formal, passaram a ocupar terrenos públicos e/ou privados. Nas Malvinas, essa ocupação deu-se devido as péssimas condições de vida dos habitantes de renda mais baixa da cidade que não recebiam qualquer ajuda de ordem pública, o que reflete a omissão do poder público diante dessa questão social. Assim no dia 23 de Março de 1983, deu-se início o movimento de ocupação do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio e a partir de então surgiu todo um movimento de repressão aos ocupantes do lugar, que passou a ser chamado de Malvinas, e também, no mesmo momento, foi o começo da resistência daquelas pessoas.

Ademais, essa problemática urbana reafirma a existência de um ambiente urbano sócio-espacialmente desigual e fragmentado, produzido sob a égide de um sistema político opressor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – MALVINAS QUERIDA: urbanização detida ou invenção de um povo?	10
1.1 <i>Malvinas: fantasia urbana, sonho de um povo</i>	10
1.2 <i>Guerra das palavras: Invasão versus Ocupação</i>	12
1.3 <i>Serpentes invadem o Conjunto</i>	18
CAPÍTULO 2 – Cotidiano em Uma Zona de Guerra	27
2.1 <i>O início</i>	27
2.2 <i>“Cercado” de Sonhos</i>	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO	42

INTRODUÇÃO

“Pensar a mudança é fundamental na operação historiográfica, mas a mudança deve ser concebida como parte de um processo, no qual estão envolvidos não apenas os grandes nomes, as grandes datas, os grandes feitos singulares, mas sobretudo os particularismos, as repetições, os vestígios, os restos que o passado legou ao presente. E, sobretudo, os *anônimos*. É essencial sublinhar, ao fazer história, a singularidade de cada análise. Fazendo isso, estamos questionando a possibilidade da sistematização totalizante e considerando como primordial a pluralidade de procedimentos que adotamos na operação historiográfica. Assim, o que se produz ao fazer história é um discurso que *enquanto fala da história, está também situado na história* (Certeau, 1986: 107)¹. Ou seja, o discurso que fala da história é ele mesmo histórico e produzido a partir de um contexto preciso. Por outro lado, o que a história faz, na verdade, é produzir uma escrita que exorciza a morte introduzindo-a no discurso, ao mesmo tempo em que possui uma função simbolizadora que permite a sociedade situar-se, dando-lhe um passo e assim abrindo espaço para o próprio passado.”
*Marialva Barbosa*²

Estudar um fato histórico específico, é estudar nossa própria história, visto que como bem analisou Certeau, nossas escolhas por observar um determinado objeto ou mesmo a opção por esse elemento em especial, mostra que de alguma forma estamos envolvidos por ele, o lugar onde se insere o acontecimento histórico também faz parte do nosso ambiente, assim como o espaço do evento contemplado, embora muitas vezes distante de nós, é algo que traz elucidações sobre o nosso contemporâneo.

Essa pesquisa acadêmica é fruto de uma inquietação pessoal sobre a formação de um bairro da Cidade de Campina Grande-PB, Bairro das

¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.

² Prof. Dra. Marialva Barbosa –UFF, coordenadora do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, GT História do Jornalismo-Florianópolis- 2004.

Malvinas, cunhado inicialmente como Conjunto habitacional Dep. Álvaro Gaudêncio de Queiroz, visto que sou moradora de tal bairro desde o início de sua inauguração, ou melhor dizendo, de sua “invasão/ocupação”, tal perturbação acabou gerando uma investigação particular que me impulsionou a buscar compreender melhor o local onde moro, na tentativa de resgatar a história daqueles que passaram por inúmeros transtornos para obter sua residência própria. Deixo de sobreaviso aqueles que venham a ler esta pesquisa, que embora em alguns momentos, ela pareça ser biográfica, dada minha aproximação com o objeto de estudo, esta não seria a vertente principal desta produção textual, e caso isso ocorra, tal incidência se dá por inexperiência desta principiante, que como aluna pesquisadora mostra-se disposta a aprimorar-se, mas ciente que não está já pronta, e assim busca desenvolver-se gradualmente como historiadora.

Nesta análise pretendo mostrar de que forma fomentou-se a invasão do Conjunto Álvaro Gaudêncio, chegando a ser comparado a uma guerra ocorrida em Falklands- Ilhas Malvinas, em 1982, daí o nome que batizou o bairro. E apontar quem foram os “estranhos” que ocuparam o conjunto, expostos continuamente pelos jornais como “invasores” e não como moradores.

Para realizar tal tarefa, recorri a periódicos da época, bem como me utilizei de fontes orais, realizando entrevistas com moradores que praticaram a invasão do conjunto Álvaro Gaudêncio no ano de 1983, e deste modo, pude melhor arranjar o diálogo entre fontes diversificadas e averiguar que cada uma delas possuía um ângulo diferente sobre o surgimento do bairro Malvinas, enquanto os periódicos voltavam-se a uma visão política sobre a invasão, colocando-a como fruto de articulações de políticos interessados em desestabilizar o poder do governador do Estado da Paraíba, na época Wilson Braga, os entrevistados apontavam para um aspecto social, enfatizando suas misérias e necessidades de moradia, deixando-nos a oportunidade de observarmos faces distintas de um mesmo evento.

Para tanto fazemos a seguinte distribuição no corpo do texto: Capítulo 1— *MALVINAS QUERIDA: urbanização detida ou invenção de um povo?*, onde tratamos sobre os discursos existentes entre os dois lados, os moradores-invasores e os políticos locais, no qual cada um monta uma versão para o evento de tomada do conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio. Ele está sub-

dividido em três partes: *Malvinas: fantasia urbana, sonho de um povo*, que retrata um panorama do país e do Estado da Paraíba no momento da invasão, *Guerra das palavras: Invasão versus Ocupação*, que mostra a definição de duas palavras recorrentes usadas para designar a ação sofrida pelo Álvaro Gaudêncio, e *Serpentes invadem o Conjunto*, neste são mostradas algumas estratégias de repressão contra os moradores do bairro Malvinas. O Capítulo 2- *Cotidiano em Uma Zona de Guerra*, mostra relatos de moradores veteranos do bairro da Malvinas que contam como era a vida nos primeiros momentos da invasão. Ele dividi-se em: *O início*, que expõe as primeiras experiências na chegada dos populares ao conjunto Álvaro Gaudêncio, e *“Cercado” de Sonhos*, o qual mostra os anseios e as práticas dos ocupantes junto ao bairro das Malvinas.

Assim, tentamos vislumbrar como se processou a formação do bairro Malvinas após a ação dos populares do município de Campina Grande num período de Ditadura militar, onde a opressão e o tiranismo faziam parte do cenário político do país, que atravessava grave crise econômica e a sociedade mergulhada em desigualdades tentava encontrar meios de burlar a segregação social e encontrar um espaço ao qual se inserir.

Capítulo I:

MALVINAS QUERIDA: urbanização detida ou invenção de um povo?

Jornal Nacional: “Tropas argentinas invadem ilhas britânicas no Atlântico Sul”.³

Gazeta do Sertão: “Conjunto Álvaro Gaudêncio pode ser invadido”.⁴

Malvinas: fantasia urbana, sonho de um povo

Localizadas entre as Terras do Fogo, as Ilhas do Atlântico Sul e a Antártica estavam as Ilhas Malvinas, um complexo de duas ilhas principais somado a várias ilhas menores, que infundiram o início de uma guerra e cujo o nome serviu para designar uma ação popular simbolizando e equiparando a invasão das Ilhas com uma segunda “invasão”, a invasão de um espaço urbano.

No ano de 1982 em um arquipélago chamado de Falklands ou Ilhas Malvinas situadas em território argentino, porém sob domínio do Reino Unido, ocorreu uma disputa entre Argentina, que reivindicava as ilhas como parte integrante de sua região já que estas situavam-se ao largo da costa argentina, e Reino Unido, que já ocupara as ilhas desde 1833, pelo domínio do lugar. Embora as Ilhas não tivessem grande produtividade econômica, além de um porto baleeiro, criação de ovelhas e uma singela extração de petróleo, os dois países lutavam mais por vanglória e aquisição de maior número de territórios

³ Jornal Nacional – 03 de Abril de 1982.

⁴ Jornal Gazeta do Sertão -18 de Fevereiro de 1983.

sob seu comando que pelo valor econômico do local. Contudo a investida da Argentina acabou em fracasso, pois resultou na morte de 649 soldados argentinos, e o governo argentino que na época era presidido por uma junta militar, graças a um golpe de Estado datado de 1976, foi profundamente abalado e o aumento da busca pela democracia foi reaceso pela população, provocando a luta pelo fim da ditadura militar na Argentina, que acabou por se realizar no ano seguinte a guerra das Malvinas.

O início da década de 1980 ficou então marcado pelo período de fim do governo ditatorial militar nos países da América Latina. No Brasil também ocorre o mesmo, porém transcorridos vinte e um anos de autocracia na administração do país, devido ao golpe militar de 1964⁵, continuávamos sob o domínio de tal liderança política na época de 1983. Atravessávamos um momento de crise no setor econômico devido a queda nos investimentos e queda no crescimento do PIB, bem como o aumento do déficit público, crescimento da dívida externa e ascensão inflacionária. O *milagre econômico* cedeu espaço para a *época perdida*, enquanto isso, o mundo continuava racionado entre socialismo e capitalismo, e o *perigo vermelho*, cujo brilho já se via abafado, ainda ameaçava os temerosos que viam o comunismo como um espectro assombrador. E graças a essa ideologia alarmante vários países da América latina, como Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Cuba além do Brasil, que se apoiavam sob o aval dos Estados Unidos, foram atingidos pela onda de golpes militares nos anos de 1960 e 1970.

O período de 1983, ano em que tomam posse os primeiros governadores de Estado eleitos diretamente após o golpe militar no Brasil é também o ano que ocorre a ocupação do Conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, ano este que coincide com a queda no setor imobiliário do país quando o Grupo Delfin⁶, a maior empresa privada de poupança do Brasil, sofre no dia 21 de Janeiro do mesmo ano, intervenção pelo Governo Federal gerando uma crise que abala o sistema financeiro de habitação no país.

⁵ “A Ditadura Militar foi o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão àqueles que eram opostos ao regime militar”. (Tiago Dantas, 2006)

⁶ Delfin Crédito Imobiliário, uma empresa financeira que chegou a ter 3,4 milhões de depositantes e era a maior caderneta de poupança do País até sofrer intervenção do Banco Central, em 1983. À época, a derrocada foi causada por uma série de reportagens que contestavam a forma de pagamento de uma dívida da Delfin junto ao antigo Banco Nacional da Habitação (BNH) – Redação Terra.

Guerra das palavras: Invasão versus Ocupação

Apreciando os termos utilizados para a nomeação da ação dos populares de Campina Grande, levamos em consideração os conceitos em meio a *Invasão* e *Ocupação*, os dois termos que classificaram a atuação daqueles que em um ato *improvisado* tomaram o conjunto Álvaro Gaudêncio.

Adotando como base as acepções que traz o Dicionário da Língua Portuguesa, observamos como os significados dessas duas palavras podem nos auxiliar na compreensão ou mesmo na conjectura e no levantamento hipotético sobre o que poderia ter sido a *invasão/ocupação* do conjunto.

O primeiro termo estudado foi a expressão “*invasão*”, visto que foi com este que os meios de comunicação se utilizaram para difundir o movimento da gente que promoveu a ação sobre o conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio logo no início do acontecimento. A palavra denotaria antes de qualquer outra coisa, uma aproximação as características de uma guerra, como a da Guerra das Malvinas, onde da mesma forma como a Argentina lutara para obter o domínio das ilhas que se encontravam próximas ao seu território, também a população campinense, que sofria com falta de moradia, lutara para conquistar uma habitação dentro de seu próprio território urbano, igualmente também como o Reino Unido, que exercia domínio sobre as ilhas Malvinas, mesmo estando distante 10 mil quilômetros de lá, combatia os “estranhos” que *invadiam* as ilhas, a administração local e o governo do Estado da Paraíba oporam-se do mesmo modo aos estranhos que atestaram o conjunto habitacional.

Logo de início o próprio vocábulo, *invasão*, deixa-nos uma impressão negativa de algo que contraria as leis, de uma ação contraproducente, de tal modo temos no dicionário Aurélio⁷ a definição de *invasão*, 1- *local tomado ilegalmente por habitações populares*; Orientados sob tal aspecto podemos constatar que de fato houve ilegalidade por parte daqueles que permaneceram no local, porém essa talvez não seja uma boa definição para a ocupação do

⁷ AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. Da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filologia, autor do Novo Dicionário da Língua Portuguesa.

espaço, uma vez que os populares não tiveram que construir habitações no local, visto que as casas já estavam construídas, e diferentemente das invasões habituais para formação de favelas e assentamentos as casas já se encontravam padronizadas e organizadas em quadras distintas, embora ainda faltassem ser implantados os meios de infra-estrutura do local. Busquemos então uma outra significação da palavra para dela nos valer a uma melhor captação do fato, *invasão*, 2- *entrar hostilmente em determinado território*; Este conceito mostra-nos uma idéia de brutalidade ao chegar no espaço desejado, contudo não houve registro de que algum ocupante tenha cometido atos violentos ao promover a ação sobre o conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, como pode ser percebido no texto jornalístico da época.

POLICIAMENTO - Munidos de rádios e armas, os policiais que estão guardando o conjunto invadido têm ordem expressas para não permitir a entrada de qualquer veículo, exceto os militares. Eles também não podem permitir a entrada de pessoas conduzindo móveis ou outros aparelhos domésticos. **Até ontem não foi registrado qualquer incidente entre os policiais e os invasores.** (Hortêncio Ribeiro. GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, quinta-feira 06 de Abril de 1983 , Ano II Nº590)

Como percebemos nessa reportagem, o comportamento tanto dos policiais quanto dos moradores era de tolerância, não chegando a exercer um confronto brutal entre os mesmos, embora para muitos moradores fosse constrangedor permanecer sob vigilância policial constante, “Os policiais ficavam sempre rodeando o conjunto, parecia que a gente era um bando de presos”⁸, também não era fácil para os policiais atuarem no conjunto, pois como explica uma moradora, “na época tinha poucos policiais para vigiar muitas casas, então a gente conseguia passar sem ser pego”, a mesma relata que “a casa que tivesse nome de policial, o policial era preso, meu irmão ficou preso três dias”⁹, mostrando que o trabalho de vigiar o conjunto seria algo duro para os policiais, mesmo porque havia entre eles ligações de parentesco com alguns invasores, e os mesmos, que também passavam por situação de falta de moradia, chegaram a ocupar casas dentro do conjunto, tanto que alguns permanecem morando nas Malvinas até os dias atuais.

⁸ Sra. Maria do Socorro Ribeiro, entrevista concedida em 16 de Março de 2008.

⁹ Sra. Maria das Neves Rocha, entrevista concedida em 28 de Março de 2008.

A história do início do bairro das Malvinas, passa decididamente pela polícia. Invasores enfrentaram a PM bem armada do outro lado da cerca e curiosamente um dos moradores mais conhecidos no núcleo habitacional é um policial, que foi destacado para garantir a integridade do conjunto no anos oitenta.

Imagem 1- extraída da DABLIU A – Bureau de Criação, agência de propaganda. Expediente: Especial Malvinas 24 anos. Campina Grande –Paraíba, Março de 2007.

Como nota-se mesmo com o cerco policial, como meio de coação aos moradores para que não tivessem acesso ao conjunto, esses não chegavam a repelir com violência os invasores, mesmo porque dentre eles alguns compactuavam com a ação.

Passemos a uma outra ilustração, *invasão, 3- forçar uma introdução em região definida*; Este aparenta realmente assemelhar-se ao que de fato ocorreu, já que a ingressão se deu de maneira forçosa e o movimento dos populares tinha um “alvo” certo, o conjunto Álvaro Gaudêncio. Continuando nossa busca por elucidações encontramos novamente o termo *invasão* com o sentido voltado a selvageria, *invasão, 4- penetrar o local violentamente*; termos que exaltam a condição dos habitantes do conjunto enquanto homens bárbaros. Para findar nossas comparações entre os significados que a palavra possui, embora ainda haja outras equivalências, indicaremos uma quinta classificação, *invasão, 5- usurpação*; ou seja, como um ato astucioso para tomar de alguém algo de que ela usufrui legitimamente ou que lhe pertença, mostrando que o movimento do povo seria algo pensado, planejado arditosamente e que o conjunto habitacional estaria sendo desfrutado pelos seus titulares genuínos, quando efetivamente não passavam de “casas ocas”, segundo a moradora do bairro, Sra. Nilda Silva dos Santos, que refere-se as casas do conjunto como locais abandonados, para a moradora não havia usurpação pois as casas “não tinham donos”¹⁰. Essa visão nos leva então para a segunda palavra.

¹⁰ Sra. Nilda Silva dos Santos, entrevista concedida em 14 de Abril de 2008.

“Primeiramente, nós não demos o nome de invasão, ao que nós fizemos deu-se o nome de **ocupação**. O que a gente fez foi ocupar as casas do conjunto. Os outros, a imprensa, os jornais, o pessoal da televisão na época é que usava a palavra invasão. A gente sempre falou ocupação”. (Aguinaldo Gomes da Silva, morador do bairro desde o início de sua ocupação¹¹)

Note-se que o entrevistado enfoca bastante o termo “ocupação” para designar a ação das pessoas sobre o conjunto, como também rechaça a denominação que “os outros” atribuíram ao movimento de conquista das casas do Álvaro Gaudêncio, confirmando que o que praticou foi uma ocupação e não uma invasão.

Nesse momento estendamo-nos a segunda palavra analisada, o termo “ocupação”, que assim como o primeiro vocábulo avaliado também possui inferência negativa, embora aparentemente menos depreciativa que *invasão*. O termo ocupação tem um sentido menos ofensivo, ameno, e mesmo ainda sendo injurioso esta era a palavra com a qual os moradores qualificavam o seu gesto sobre o conjunto Álvaro Gaudêncio, já que na concepção destes eles apenas estariam preenchendo aquelas casas sem “almas”.

Dando início aos significados encontrados nos dicionários pesquisados destacamos algumas de suas expressões como *ocupação*, 1- *conquistar*, que demonstra o sentimento de ter vencido e alcançado aquilo que se desejava. Temos também outros exemplos de sinônimos de *ocupação* que nos mostram o porquê da escolha, por meio dos moradores, deste termo em oposição ao termo anteriormente analisado. É o caso de *ocupação*, 2- *preencher um espaço*; que denota o pensamento daqueles que foram habitar o conjunto Álvaro Gaudêncio, um lugar que estava vago, um ambiente de casas sem moradores. Também seria o que ocorre em *ocupação*, 3- *ter ou possuir seja por direito ou convenção*; onde se evidencia que para os moradores permanecer no local seria uma prática legítima. Do mesmo modo como em *ocupação*, 4- *fazer uso de, aproveitar*, que aponta para a utilização do espaço por aquelas pessoas que permaneceram nas habitações, mostrando que só a partir da ocupação do conjunto é que os moradores fizeram com que as casas realizassem o seu papel, tornando-se um real abrigo. Ainda seria interessante observarmos outra denotação da palavra *ocupação*, 5- *dar trabalho a*; visto que

¹¹ Sr. Aguinaldo Gomes da Silva, entrevista concedida à autora em 28 de Março de 2008.

os populares ocuparam as casas ao se instalarem em seu interior, e deram ocupação aos chefes administrativos da cidade de Campina Grande e da Paraíba, que tiveram que elaborar uma reação em oposição ao movimento, deram ocupação a Companhia Estadual de Habitação Popular- CEHAP, onde para assegurar o pagamento das casas tiveram que cadastrar os novos moradores do local, e também deram ocupação aos policiais militares do município que formaram um cerco para controlar e conter o movimento bloqueando as entradas que davam acesso ao conjunto Álvaro Gaudêncio.

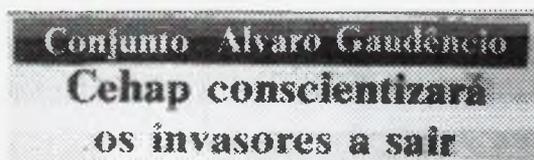
Existe também mais outra acepção do termo que nos seria válido avaliar *ocupação*, 6- *dedicar-se a, cuidar*, tendo em vista que ao chegarem no local as pessoas se ocuparam em melhorar o aspecto do lugar, uma vez que a situação das habitações não eram satisfatórias, pois se encontravam cobertas por mato e sem infra-estrutura de saneamento e rede elétrica local, e buscaram reivindicar benfeitorias para suas habitações e para o conjunto como um todo, demonstrando assim sua preocupação com espaço que agora lhes acolhia. Uma das primeiras ações dos povos que vieram habitar o conjunto foi a formação da Associação dos Moradores do bairro, que teve como primeira chefia a Sra. Rivonise Sobreira¹², que junto aos demais moradores do conjunto protestou contra o tratamento dado aos populares do bairro, além de formar movimentos de passeata, coleta de assinatura dos moradores para reivindicação da implantação de infra-estrutura no local, realizar reuniões e formar audiência com a presidência da Cehap para solicitar melhorias para as Malvinas.

Partindo dessas significações das duas palavras pudemos observar que ao serem empregadas elas se revestiam de uma imagem própria e as suas aplicações não se davam acidentalmente, mas sim faziam parte de um uso proposital de ambas as partes, a análise foi realizada de uma perspectiva como a de Eder Sader¹³, para quem "*o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito*". No discurso encontramos o sentido das coisas, a direção que se pretende dar às relações, nas quais os sujeitos se revelam, em seus novos

¹² DABLIU A –Bureau de Criação, agência de propaganda. Expediente: **Especial Malvinas 24 anos. Campina Grande –Paraíba, Março de 2007.**

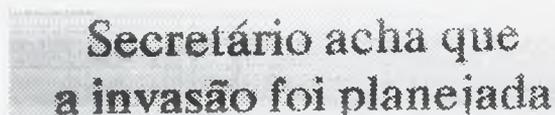
¹³ SADER. Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

espaços. Temos um duplo movimento significativo. Do lado social, a visão de uma população em busca de moradia, portanto se identificando como “moradores/ocupantes” do conjunto Álvaro Gaudêncio. E em resposta a este adorno, do lado jornalístico há, em geral, uma interpretação da *ocupação* como *invasão*, mostrada na maioria das reportagens da época.



Conjunto Álvaro Gaudêncio
Cehap conscientizará
os invasores a sair

Imagem2: Manchete do Jornal
Gazeta do Sertão- Campina Grande,
1º de Abril de 1983.



Secretário acha que
a invasão foi planejada

Imagem 3: Jornal da Paraíba, 04 de
Abril de 1983.

A maioria das reportagens jornalísticas na época atribuem à *ocupação* o rótulo de *invasão*. Os sem-teto serão vistos como intrusos e como ameaças à segurança do município bem como dos demais moradores de Campina Grande, que passam a temer essas pessoas que infringem a Lei, esse ato de “Criminalização” vai sendo acentuado pela capacidade constante dos meios de comunicação em reafirmar o que Cecília Coimbra chamou de “*mito das classes perigosas*”. A pesquisadora, em sua análise sobre a cobertura positiva da mídia às ações violentas da PM do Rio de Janeiro, mostra como há, por parte dos jornais por ela analisados, uma constante recorrência entre a construção de uma imagem de “territórios dos pobres” como regiões em que a lei e a ordem não conseguem prevalecer em virtude da dominação exercida pelas “classes perigosas”. A descrição da autora parece se referir à maneira como a mídia define os participantes de Movimentos dos sem-teto e dos sem-terra como “aqueles que, por não conseguirem ser *domesticados*, docilizados e tornados pessoas produtivas no setor social, são mostrados como *perigo social, fardo*

social e, por extensão, também se tornariam dispensáveis”¹⁴. Nesse sentido a ocupação é um sonho ou uma alegria subversiva que será sempre vista como ameaça.

Seja pelos meios de comunicação e também por aqueles que combatiam o movimento de tomada do conjunto Álvaro Gaudêncio, seja pelos povos, agentes da ação, que tentavam justificar sua permanência dentro das habitações do conjunto, a manipulação das palavras ocorria sem restrições por meio das duas partes. Deste modo notamos que ambas as forças utilizavam as palavras *invasão* e *ocupação* em seu benefício para reforçarem e darem respaldo a suas afirmações. Mostrando assim, que os vocábulos iriam se incorporando aos seus falantes, formando-se e fortalecendo-se em decorrência das necessidades de cada uma das partes de poder persuadir através de seus discursos.

Serpentes invadem o Conjunto

No início da década de 1980 iniciaram-se as obras de formação do Bairro de Bodocongó II, na cidade de Campina Grande na Paraíba, primeiramente deu-se o nome de Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz em homenagem ao ex-deputado Álvaro Gaudêncio que exerceu o cargo de Deputado Federal cinco vezes consecutivas e fora figura ilustre no cenário paraibano e nacional. Nessa mesma época também se iniciaram outros conjuntos habitacionais nas cidades paraibanas como foi o caso da construção do Núcleo habitacional Tarcísio de Miranda Burity, também em homenagem a um político paraibano, na cidade de João Pessoa, visto que como esta possuía limites naturais com o litoral, o mangue e o rio Sanhauá, não havia como expandir-se a não ser que passasse a desenvolver-se para a zona sul da cidade. O Núcleo sofreu semelhante ação dos populares da capital, num movimento de captura as habitações do local, e que da mesma forma acabou recebendo um novo nome ficando conhecido popularmente como “bairro de

¹⁴ COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor: Intertexto, 2001.

Mangabeira”¹⁵, em alusão a plantação de mangabas que existia no local há épocas.

Na tentativa de adquirir um lar próprio dezenas de populares da cidade de Campina Grande, que habitavam nas proximidades do conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, tais como os bairros de Bodocongó, Santa Rosa, Centenário, Pedregal, Quarenta e Cruzeiro, além de José Pinheiro, que ficava na Zona Leste da cidade, formaram um movimento de tomada do conjunto, que encontrava-se ainda em construção, este se localizava na Zona Oeste da cidade, e embora situado a margem do município e distante do centro comercial da cidade, era um espaço observado e desejado por aqueles que acalentavam um sonho de casa própria. Foi então que no dia 23 de Março do ano de 1983 essas pessoas impetraram uma ação de ocupação das casas.

As pessoas que iniciaram a ação sobre o conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio eram em grande maioria “sem tetos”, cidadãos de baixa renda que não possuíam casa própria e viviam sob aluguel, em pequenos cômodos de becos, dividindo a habitação com parentes e até mesmo havia desabrigados que habitavam as praças e ruas da cidade e que aproveitaram o ensejo do acontecimento para garantir um teto para se abrigarem, como relata, para a Gazeta do Sertão, um dos funcionários da Cehap¹⁶ na época, que fazia o cadastramento dos ocupantes das casas, sob a afirmação de que “tem gente aqui que pede esmolas pelo meio da rua. Eles não sabem a finalidade do conjunto e entraram aqui por ver os outros entrarem”¹⁷, apontando para uma certa ingenuidade de alguns que adentraram ao movimento de ocupação do conjunto, e embora sem intenção aparente, fortaleceram o movimento de permanência no local.

Esses populares não contavam apenas com esses indivíduos que agiam de maneira imprevista, também contavam com a ajuda de alguns representantes da política local, como cabe citar o ex-prefeito do município, Sr. Enivaldo Ribeiro¹⁸, que havia acabado de cumprir o seu mandato como chefe

¹⁵ Revista Cidades do Brasil. Site: www.cidadesdobrasil.com.br acessado em 28 de Julho de 2008.

¹⁶ Cehap –Companhia Estadual de Habitação Popular.

¹⁷ Jornal Gazeta do Sertão -12 de Abril de 1983.

¹⁸ Enivaldo Ribeiro foi prefeito de Campina Grande no período de 31 de Janeiro de 1977 a 31 de Janeiro de 1983 pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) sendo sucedido por Ronaldo Cunha Lima eleito através do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) do qual o governo do Estado era aliado na época.

administrativo de Campina Grande até o final do mês de janeiro do ano em que ocorreu a invasão ao conjunto, apenas dois meses depois de exercido o cargo de prefeito da cidade deu-se a ação.



Imagem 4: Sr. Enivaldo Ribeiro, imagem extraída da DABLIU A – Bureau de Criação, agência de propaganda. Expediente: **Especial Malvinas 24 anos**. Campina Grande –Paraíba, Março de 2007.

Enivaldo Ribeiro atuava como Secretário de habitação do Estado da Paraíba entre o período de 1983 a 1986, e no momento após a invasão do conjunto ele foi um dos principais defensores da permanência dos moradores no local, segundo ele o importante seria garantir a melhoria na qualidade de vida dos campinenses, principalmente das camadas populares de mais baixa renda, pois o mesmo se colocava como político não-elitista, voltado para as visões socialistas e o humanismo, que buscava em sua administração instituir realizações de repercussão social, foi assim que prescreveu a construção de 5 mil casas dentro do Conjunto Álvaro Gaudêncio.

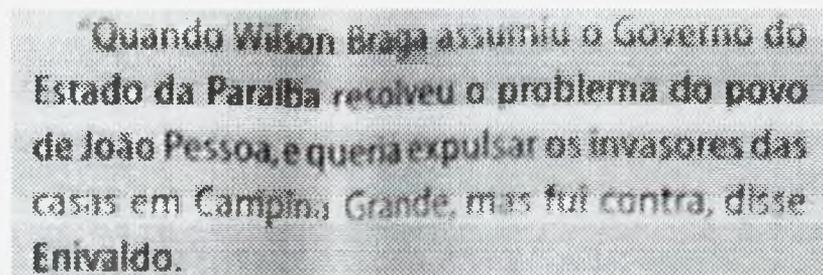


Imagem 5- Fonte: DABLIU A. Bureau de Criação, Agência de Propaganda Expediente: **Especial Malvinas 24 anos**. Campina Grande-Paraíba, Março de 2007.p.4

Chegando a criticar abertamente a administração do então governador Wilson Braga¹⁹, quanto ao tratamento dado ao movimento de ocupação do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio, Enivaldo questiona o governo do Estado quanto a um suposto preconceito ao povo campinense, uma vez que um mesmo movimento de ocupação também havia ocorrido no Conjunto Habitacional de Mangabeira, na capital do Estado paraibano, João Pessoa, pelos populares de baixa renda não só do município como também de outras localidades da Paraíba, e neste caso o governador “consentiu” a permanência dos invasores no Núcleo Habitacional de Mangabeira, entretanto com relação ao município de Campina Grande, o governador não procedeu da mesma forma com os invasores do Álvaro Gaudêncio.

Finquei o pé e não deixei tirar o povo das Malvinas. Houve muita luta e o povo acabou ficando.”

Imagem6: Fonte: DABLIU A. Bureau de Criação, Agência de Propaganda Expediente: **Especial Malvinas 24 anos.** Campina Grande- Paraíba, Março de 2007.p.4

Nesta fala Enivaldo Ribeiro demonstra sua luta em favor do povo que passou a ocupar o Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio alcunhado como Malvinas, evidenciando as dificuldades passadas por aqueles que decidiram continuar no local e confirmando mais uma vez sua mencionada preferência a valores e interesses humanistas, já que segundo ele a permanência dos moradores no conjunto seria um ato de “*justiça social*”.

Segundo um dos entrevistados para a pesquisa:

“Enivaldo ajudou muita gente aqui nas Malvinas, ele fez mais casas para caber mais pessoas no bairro, ele dava terrenos em outras partes da cidade para as pessoas poderem construir suas casas, e ele também trazia carros-pipa com água para os moradores, ele foi muito bom”.²⁰

Nessa passagem é ressaltada a participação ativa deste político desde o início da ocupação do bairro.

¹⁹ Wilson Leite Braga, político que no período da invasão do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio ocupava o cargo de Governador do Estado da Paraíba, filiado do PMDB –Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

²⁰ Sra. Maria do Socorro Ribeiro, entrevista concedida em 16 de Março de 2008.

Entidades religiosas também se acercaram do movimento reclamando um melhor tratamento por parte das autoridades locais para as pessoas que habitavam o conjunto, salientando que a repressão aos ocupantes do Álvaro Gaudêncio seria um ato de desumanidade e descumprimento de assistência social, uma vez que aquelas pessoas estavam sendo tratadas como prisioneiras em um “campo de concentração”, demonstrado em uma nota enviada à imprensa de Campina Grande no dia 08 de Abril de 1983, confirmando a formação de um comitê para reivindicar melhorias ao conjunto Álvaro Gaudêncio.

Quanto ao problema gerado com a ocupação das casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio, o Comitê aprovou diversas denúncias praticadas contra os ocupantes (escavações de valas, reforçamento das cercas de arame farpado), configurando que o tratamento dado ao conjunto é verdadeiramente de um campo de concentração. Além disto, continua a proibição de entrada de carros no conjunto, mesmo quando transportando doentes. Qualquer reunião de moradores continua sendo proibida. (Comitê de Apoio aos Ocupantes do Conjunto “Álvaro Gaudêncio e aos Camponeses de Alagoa Nova”)²¹

Afora os grupos religiosos, esse Comitê reunia também líderes sindicais e comunitários campinenses, além de estudantes universitários e integrantes da Comissão de Justiça e Paz da Diocese local, que lutavam pelos direitos dos ocupantes do conjunto habitacional expondo as dificuldades que lhes eram impostas pelas autoridades municipais e estaduais.

A proximidade de líderes religiosos junto a população do conjunto era evidente, tanto que logo no início da ocupação do conjunto, que se deu durante os festejos para a Semana Santa, mesmo não havendo local adequado, ocorreu a primeira celebração de missa no Álvaro Gaudêncio, em um Domingo, no dia 27 de Março, contanto com a presença do então bispo Diocesano de Campina Grande, Dom Luiz Gonzaga Fernandes, que realizou a missa em comemoração a Páscoa em um campo de futebol, o Campo do Trintão, atual Campo Guarani, a sombra de um juazeiro, evento que reuniu cerca de 2 mil pessoas, que após a missa saíram em procissão cortando o conjunto Álvaro Gaudêncio. Segundo a fala de um dos moradores do conjunto, João Batista da Silva Miranda, um dos responsáveis pela organização do Movimento religioso na área de ocupação, “A Igreja e Deus sempre estiveram

²¹ Jornal da Paraíba- 06 de Abril de 1983.

do nosso lado”, Dom Luiz Gonzaga também realizou neste mesmo dia o batizado da primeira criança nascida no conjunto, que recebeu o nome de Álvaro em homenagem ao local, “O saudoso líder católico deu apoio aos moradores e os padres da diocese sempre estavam ao lado do povo invasor”, lembra Clóvis Barbosa de Lima, ex-presidente da Associação dos Moradores do Bairro Malvinas, em entrevista a Folha Especial Malvinas da agência de propaganda DABLIU A em comemoração aos 24 anos do Bairro²².

Todavia, também existiam as forças contrárias a permanência das pessoas no conjunto habitacional, e um dos veículos mais utilizados para censurar e conter a ação dos populares de Campina Grande foi a imprensa, que utilizava de seus periódicos para alarmar a população gerando uma publicidade negativa sobre o local, buscando chocar a população campinense através de imagens fortes que denotassem o perigo de se viver naquela localidade, como podemos perceber nessa imagem:



Imagem 7: Jornal Gazeta do Sertão- 10 de Abril de 1983.

²² DABLIU A. Bureau de Criação, Agência de Propaganda. Expediente: **Especial Malvinas 24 anos**. Campina Grande-Paraíba, Março de 2007.

Aqui a imagem da criança exposta na primeira página do jornal da Gazeta do Sertão mostra um garoto exibindo uma serpente, encontrada no Conjunto Álvaro Gaudêncio e morta pelos moradores, como um troféu, possibilitando-nos a mensagem de um ser de inocência que sequer seria capaz de raciocinar o quanto sua vida estaria correndo risco, e embora satisfeito com a sua conquista o menino ignora a ameaça que lhe ronda constantemente, uma cobra traiçoeira que poderia de repente lançar-se num bote e prejudicá-lo intensamente, e devido sua ingenuidade infantil observa o acontecimento desguarnecido. Torna-nos possível também pensar que uma vez que o conjunto já havia sido invadido pelos sem teto de campina e agora estava sendo invadido por serpentes, quais seriam os outros perigos que o lugar ainda poderia atrair, e quem seria tão ingênuo para continuar próximo as serpentes.

O apelo visual vinha também acompanhado de texto espavorido que ressaltava o quanto poderia ser prejudicial permanecer naquele lugar, nesse caso o periódico servia para assustar os possíveis interessados em adentrar o conjunto:

O Núcleo está infestado de cobras, inclusive Salamanta, que atraídas pelo barulho provocado no dia-a-dia pelos moradores, estão deixando a densa vegetação próxima e penetrando no conjunto.[...] Os moradores das casas que ficam próximas ao matagal estão numa espécie de alerta permanente, devidamente acompanhados de porretes, para, paradoxalmente, evitar a invasão dos ofídios e a conseqüente baixa entre os ocupantes.²³

Mas não eram as serpentes os únicos animais destacados pela imprensa que tornavam o lugar perigoso, outros bichos aparentemente inofensivos também contribuíam para aumentar o risco dentro do conjunto, eram os animais domésticos que os próprios moradores introduziam em seu convívio e que acabavam colaborando na propagação de doenças no local.

²³ Jornal Gazeta do Sertão- 10 de Abril de 1983.



Imagem 8: Jornal Gazeta do Sertão- 06 de Abril de 1983.

Uma vez que o conjunto não havia sido concluído quando ocorreu sua ocupação, não existia ali infra-estrutura de saneamento básico e os moradores deixavam o lixo se acumulando em seus quintais onde também ficavam os bichos criados como animais domésticos por falta de local adequado.

Eu estou morando com meus animais porque não tinha onde deixá-los. A sujeira que eles fazem eu procuro esconder no quintal até que apareça outra solução" fala Gregório Santiago, um pedreiro de 45 anos que anteriormente residia no bairro do Pedregal.²⁴

Mais uma vez a imagem da criança como um indivíduo ingênuo que deve ser resguardado para não sofrer nenhum dano ganha destaque, a reportagem infere que devemos afastar as crianças do perigo, dessa forma o conjunto não seria o lugar ideal para as crianças habitarem junto as suas famílias, pois elas estariam desprotegidas vivendo em um ambiente sujo e propício a moléstias.

Para a imprensa era necessário alertar os moradores do conjunto sobre o risco ao qual estavam se expondo, já que "A maioria dos ocupantes desconhece os perigos que os rondam, encantados com o sonho da casa própria"²⁵.

No entanto o empenho da imprensa local em afugentar as pessoas do conjunto Álvaro Gaudêncio seria um recurso a mais para as autoridades

²⁴ Jornal Gazeta do Sertão- 06 de Abril de 1983.

²⁵ Jornal Diário da Borborema- 03 de Abril de 1983.

políticas do Município e Estado, que se esforçavam para encontrar meios de retirar as pessoas das casas ocupadas, levando em consideração que “a política quase sempre se fez presente na história do jornalismo campinense” e também, destacando a fala do Professor Renault Vieira de Souza, o qual afirma que “Atualmente, os informativos que circulam em Campina Grande, em sua grande maioria, estão ligados de alguma forma ao governo.”²⁶, podemos perceber que a recorrência em apontar prioritariamente aspectos negativos do Conjunto poderia ser uma estratégia que faria com que os leitores dos periódicos buscassem o afastamento imediato do local.

Contudo, embora houvesse um movimento de opressão constante aos moradores do conjunto Álvaro Gaudêncio, fosse por parte do governo do Estado, da administração do município ou dos meios de comunicação locais, os moradores do Álvaro Gaudêncio ainda encontravam refúgio e apoio nos membros da Igreja, bem como na figura de alguns representantes políticos, como o Secretário de Habitação, e lideranças locais que lhes firmavam o sentimento de “aprovação” para persistirem lutando pelas casas conquistadas.

²⁶ Site: <http://aci.online.vilabol.uol.com.br>, acessado em 27 de Julho de 2008.

Capítulo II:

Cotidiano em Uma Zona de Guerra

O Início

A moradia é um direito do cidadão e um dos principais instrumentos de desenvolvimento econômico e social sustentável de um país²⁷.

Mediante o abandono das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Dep. Álvaro Gaudêncio de Queiroz, por meio da CEHAP- Companhia Estadual de Habitação Popular, na época administrada pelo Sr. Roberto Cabral que paralisou as obras para conclusão do conjunto por cerca de dois anos, ocorreu, no dia 23 de março de 1983, a invasão do local por famílias que afirmavam não ter onde morar e que não mediram esforços para garantir a posse das casas que passaram a ocupar, enfrentando inclusive o cerco policial e resistindo ao isolamento imposto pelo governo de então.

A imagem do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio não era muito convidativa para as pessoas que lá chegaram, pois era um ambiente onde a vegetação rodeava as casas, o lugar estava circundado por cerca de arame farpado, não havia energia elétrica, tão pouco abastecimento de água, as redes de esgoto não estavam prontas, as ruas eram sem pavimentação, as redes de transporte público não atendiam a localidade, não havia estabelecimentos de venda de mantimentos, enfim, era um local onde não havia infra-estrutura adequada para ser habitado.

O que mais me recordo daquele tempo foram as dificuldades que eu passei junto a minha família, na época tinha minhas filhas pequenas e era muito difícil chegar nas Malvinas. Para ter acesso a gente tinha que atravessar um riacho porque o carro não passava nem pela entrada do bairro do Cruzeiro, nem por Bodocongó que os policiais não deixavam, então eu passava de carro por um riacho que tinha na Vila Cabral, tinha muito mato na frente das casas, e como eu trabalhava e voltava pra casa somente à noite, ficava difícil

²⁷ Revista Cidades do Brasil, site: www.cidadesdobrasil.com.br, acessado em 28 de Julho de 2008.

até para encontrar a casa porque todas as casas se pareciam e no escuro as vezes eu até confundia qual era minha casa.²⁸

O entrevistado relembra as dificuldades que as pessoas tiveram que suportar ao invadirem o conjunto Álvaro Gaudêncio, uma vez que mesmo alcançando as casas, permanecer no conjunto era um ato bem mais penoso. As pessoas que adentravam o conjunto “iam escolhendo a casa que queria morar e como não tinham chave, arrombavam a porta e colocavam seus objetos dentro da casa”²⁹, ao violentar as fechaduras, muitos se viam obrigados a permanecer todo o tempo nas casas para que estas não viessem a ser reocupadas pelos retardatários do movimento da invasão.

A ação de ocupação das casas que se iniciou no dia 23 de Março levou cerca de “três dias para se completar”, no principio havia em torno de três mil e trezentas casas, onde mais de três mil famílias carentes passaram a habitar, foram “quase dez mil pessoas que se instalaram no local” apenas na primeira semana e ao “final de duas semanas já se contavam quinze mil pessoas morando no conjunto”³⁰. As pessoas vinham de várias partes da cidade, mas principalmente de bairros de proximidade ao conjunto que ficavam na Zona Oeste do município.

Quando perguntados sobre como foi que chegaram ao conjunto Álvaro Gaudêncio para ocupa-lo ou a partir de quem surgiu a idéia de invadi-lo não encontramos respostas exatas dos entrevistados para nossos questionamentos, todos os entrevistados disseram ter ficado a par da ocupação do Álvaro Gaudêncio através de terceiros, e que no momento em que ocuparam as casas, algumas delas já estavam sendo habitadas:

“Eu não sei quem foi que começou, e como começou eu também não sei. Só fiquei sabendo que as pessoas estavam invadindo o conjunto porque meu irmão veio me contar, aí então ele me perguntou se eu queria uma casa, porque ele já havia pego três casas, uma para ele, outra para minha irmã mais velha e uma para mim. Eu disse que queria, porque eu não tinha casa, e ele conseguiu um caminhãozinho para levar minha mudança. Então foi assim que eu vim”³¹.

²⁸ Sr. Aguinaldo Gomes da Silva, 54 anos, mecânico, morador do bairro desde o período de invasão do conjunto. Entrevista concedida à autora em 28 de Março de 2008.

²⁹ Sra. Maria das Neves Rocha, 52 anos. Entrevista concedida à autora em 28 de Março de 2008.

³⁰ Jornal Gazeta do Sertão -05 de Abril de 1983.

³¹ Sra. Maria de Lourdes Oliveira da Silva, 53 anos. Entrevista concedida à autora em 16 de Março de 2008.

A fala da entrevistada revela uma atitude oportunista ao momento, mostrando que as pessoas aproveitaram a circunstância em que o conjunto estava sendo invadido para poder obter aquilo que desejavam, ter uma casa própria.

O mecânico Aguinaldo Gomes da Silva, que na época era taxista, descreve que também ficou a par da invasão através de intermediários.

“Estava no meu horário de almoço, quando chegou meu cunhado que já tinha invadido uma casa logo cedo da manhã, ele sabia que eu morava de aluguel e disse que se eu quisesse uma casa tinha que ir logo porque já tinha muita gente pegando casa no conjunto e podia ser que se eu demorasse não encontraria mais casa”³².

Através desses depoimentos notamos a falta de conhecimento, dos próprios moradores que ocuparam as casas, de como o movimento de invasão ao Álvaro Gaudêncio teria sido tencionado, assim percebemos que os agentes que encabeçaram a ação não são identificados pelos moradores, passando a idéia de que todos poderiam assumir o papel de autores da invasão.

Houve também outros exemplos de oportunistas que aproveitaram a situação para negociar com os imóveis, “Tinha gente que possuía casa, mas pegava as casas do conjunto para vender.”³³, esse alerta também fora exposto pelo Secretário de Segurança Pública na época, Sr. Fernando Milanez, que defendia que dentro do Conjunto havia “um comércio de chaves” e afirmava que as pessoas que se utilizavam dessa prática iriam “ser enquadradas por extorsão”³⁴.

“Quando vim para as Malvinas, minha prima veio comigo para eu não ficar só, depois ela casou-se e comprou uma chave de um morador. Foi assim: Na época da invasão não existia mercadinho no bairro, e as pessoas não podiam sair pra comprar nada fora senão não podiam mais voltar, então compravam produtos fiado a esse senhor, só que como a maioria era pobre e não tinha dinheiro para pagar as compras, iam juntando cada vez mais contas e quando a dívida estava bem grande e eles não podiam mais pagar com dinheiro, então davam a chave das casas onde moravam como pagamento e depois esse homem vendia as casas que conseguia”³⁵.

Esse depoimento reforça a existência de comercialização das casas do conjunto Álvaro Gaudêncio e mostra que nem todos os que ocuparam o local

³² Sr. Aguinaldo Gomes da Silva, entrevista concedida à autora em 28 de Março de 2008.

³³ Sra. Maria das Neves Rocha, entrevista concedida à autora em 28 de Março de 2008.

³⁴ Jornal Gazeta do Sertão -08 de Abril de 1983.

³⁵ Sra. Nilda Silva dos Santos, entrevista concedida à autora em 14 de Abril de 2008.

tinham o mesmo sonho de alcançar a casa própria, estes indivíduos estavam ali não pela real necessidade de moradia, mas sim para tirar proveito da ocasião e ganhar dinheiro.

Diante da invasão o governo iniciou uma mobilização para retirada dos ocupantes das casas, como meio de refrear a penetração de mais pessoas no conjunto Álvaro Gaudêncio. o Estado acionou as tropas militares e o Tenente-coronel da época, Lindenberg da Costa Patrício, ficou com a incumbência de delegar soldados militares para formar um cerco ao conjunto e impedir a entrada de pessoas com objetos domésticos, de veículos civis, e também não permitiam a saída dos invasores para repor seus mantimentos.

Estávamos sem água, sem luz, não havia um orelhão por perto. Lembro que a gente tinha que enterrar o lixo e que eu tinha que lavar roupa na casa da minha irmã, que morava no Quarenta. A água que chegava no carro pipa não prestava para beber, então o meu marido tinha que trazer botijões de água limpa pra casa. Lembro que quando chovia entrava lama dentro de casa porque as ruas não eram calçadas, e também que não tinha muro nas casas. Mas eu nem pensei nisso tudo quando vim para as Malvinas porque o que eu queria era ter uma casa, só que quando a gente veio para cá, mandaram logo um monte de policiais para cercar o conjunto, aí então foi que ficou difícil porque ninguém podia entrar nem sair, até para entrar com um botijão de gás era complicado.³⁶

Mediante o relato, notamos que a ativação da polícia foi um dos primeiros atos do governo para deter a invasão, mas os órgãos municipais também tomaram providências para tentar solucionar a situação, foi assim que o chefe administrativo da cidade lançou-se em viagem para pedir ajuda fora do Estado para os problemas que afligiam Campina Grande no momento.

**Ronaldo deixa
a Prefeitura
por vinte dias**

Imagem 9– Jornal Gazeta do Sertão-06 de Abril de 1983.

Após duas semanas da invasão do conjunto Álvaro Gaudêncio o então prefeito de Campina Grande partiu em direção a “São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal”, para tratar “de interesses da administração

³⁶ Sra. Maria Alves Nunes, entrevista concedida à autora em 24 de Março de 2008.

municipal [...] visando acelerar providências e obtenção de recursos necessários à solução de problemas da coletividade campinense”³⁷. O objetivo de Ronaldo Cunha Lima era conseguir fundos para criação de moradias para alojar os “sem-teto” de Campina e retirar do Conjunto Álvaro Gaudêncio seus ocupantes, reinstalando-os em outras regiões do município.

O Secretário de Bem Estar Social, que também ocupava o cargo de vice-prefeito de Campina Grande na época, Sr. Antônio Carvalho, apoiava o Superintendente da Cehap, Sr. Roberto Cabral, que coordenava as ações para “conscientizar” os invasores a desocupar as casas. O Secretário de Segurança Pública, Fernando Milanez, visita o conjunto e recrimina a ação dos moradores dizendo se tratar de um “ato planejado” contra o governo. Enfim, vários órgãos que geriam o município de campina, bem como o Estado da Paraíba se aliaram na luta para afastar os invasores do conjunto.

Milanez vê ação planejada na invasão do “Álvaro Gaudêncio”



Imagem 10– visita do Secretário de Segurança Pública - Jornal Gazeta do Sertão -- 08 de Abril de 1983.

A imagem mostra a visita do Secretário de Segurança Pública ao conjunto Álvaro Gaudêncio quinze dias após sua ocupação, onde Milanez declara que a invasão ao conjunto teria sido um ato planejado para “desestabilizar o governo” de Wilson Braga, e que os populares teriam sido incitados por políticos locais, que faziam “oposição ao PMDB e seus filiados”, a promover a ação sobre o Álvaro Gaudêncio, na época a especulação lançada

³⁷ Jornal Gazeta do Sertão- 06 de Abril de 1983.

pelo Secretário, de “ato organizado”³⁸, foi grande e perpassou por muitos periódicos da época. Porém, nem todos acreditavam em tal conjectura, e encontravam outras razões para a invasão.

Ato organizado não!

Foi incapacidade dos dirigentes, secretários, diretores, assessores do governador.

Se não tiveram culpa pelo descaso da Cehap em nunca ter construído em Campina Grande, tiveram agora com a invasão por não terem tido a inteligência de saber evita-la, quando foram alertados. (José Luiz Júnior)³⁹

O jornalista José Luiz Júnior⁴⁰, esclareceu que, ao contrário do que acreditava o Secretário Milanez, a ocupação do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio nada tinha a ver com ato organizado, mas sim tratava-se de um evento previsível, visto que as casas estavam abandonadas pela Cehap a mais de dois anos, e que Campina contava com uma “carência de habitação popular elevadíssima”, constatadas através das favelas que haviam na cidade e que se formaram ao longo do tempo devido ao crescimento natural da população que ultrapassava em muito o crescimento de habitações.

Lógico então se todo esse crescimento populacional ocorreu e não houve a sensibilidade necessária do setor competente, se o crescimento aconteceu na classe menos favorecida, daqueles que ganham pouco mais, ou menos, do que o salário-mínimo, teria que surgir favelas, vielas, “cortiços”, isto porque a Cehap não construiu conjuntos.⁴¹

Segundo José Luiz, a responsabilidade pela invasão seria da própria Cehap por não ter cumprido seu papel em construir conjuntos habitacionais para abrigar os cidadãos de baixa renda do município, ele divulga também que em 14 anos a Companhia havia construído apenas 1.100 habitações em Campina Grande. Ademais, o jornalista aponta para uma série de fatos que ele atribui ao desencadear da invasão, “a população toma conhecimento que em outros municípios ocorreu a invasão”, como no caso do bairro de Mangabeira em João Pessoa, “o Secretário de Habitação dá entrevista dizendo que as

³⁸ Jornal Gazeta do Sertão- 08 de Abril de 1983.

³⁹ Jornal Gazeta do Sertão-10 de Abril de 1983.

⁴⁰ José Luiz Júnior, jornalista da Gazeta do Sertão e colunista da Tribuna Livre na época, e atual vice-prefeito do Município de Campina Grande(em 2008), filiado ao PMDB.

⁴¹ Jornal Gazeta do Sertão -10 de Abril de 1983.

casas só serão concluídas no período de um ano”, os jornais locais estampam em primeira página que o “Conjunto Álvaro Gaudêncio pode ser invadido”, o que despertaria a atenção dos populares de Campina, as autoridades responsáveis não tomam nenhuma medida preventiva, isso tudo somado ao alto número de pessoas que não tinham onde morar, e que segundo José Luiz, fizeram a opção de continuar “vivendo de aluguel, em favelas e nas ruas” ou escolher “as casas abandonadas pela Cehap”.

Os acontecimentos apontam que toda essa mobilização do Governo do Estado, para abafar o movimento de invasão do Álvaro Gaudêncio, poderia não ter se processado, e que tal fato ocorreu porque não houve medidas preventivas eficazes para uma possível ocupação, mas houve sim negligência por parte da Companhia de Habitação e dos setores administrativos da Paraíba e do Município de Campina Grande, que mediante o incidente trataram logo de ir em busca de responsáveis aos quais pudessem apontar culpa pelo evento, quando efetivamente não havia culpados, somente tratava-se de um efeito social, havia um alto déficit de habitação popular junto a um grande público que não possuía casa própria na cidade.

“Cercado” de Sonhos



Imagem 11—
chegada de
policiais no
conjunto.
**Jornal Diário
da Borborema**
-1º de Abril de
1983.

Nós vivíamos sob clima de terror, o conjunto era todo cercado, tinha policiais o tempo todo, eles ficavam vigiando o conjunto, os jornais diziam que nós íamos ser retirados a força, ninguém podia deixar as casas senão podia não voltar mais, eles diziam até que o governo podia mandar matar a gente. Logo no início era uma agonia morar aqui, acho que por isso é que deram o

nome de Malvinas ao conjunto, porque parecia que a gente estava mesmo no meio de uma guerra⁴².

A moradora Maria de Lourdes aponta para a difícil situação que os ocupantes do Conjunto Álvaro Gaudêncio atravessaram quando passaram a morar no local, mas diante de tantos embaraços e ameaças de despejo, aquelas pessoas permaneciam nas casas, e embora dissessem estar aprisionadas no conjunto habitacional, os portões de acesso ao lugar estavam abertos para que partissem, sem volta, daquele espaço, inclusive porque esse era o desejo da administração do Estado, da superintendência da Cehap e também da administração local, que queriam ver a situação normalizada do município, porém, ao contrário do que ansiavam o Poderes Executivos, os ocupantes permaneciam, e todas as estratégias de resistência seriam arranjadas em virtude de um sonho em comum, ter sua casa própria, pertencer a um lugar, a uma comunidade. O que nos remete ao pensamento de Bauman em se tratando de “comunidade”, onde aponta que haveria um confronto entre “o Estado-nação” e o “comunitarismo”, no qual o primeiro objetivava a “supressão” do segundo, já que almejava um certo padrão unificado buscando uma “naturalidade” étnica que rejeita o que está em seu exterior, enquanto o segundo busca a aceitação de outros membros que se agrupem a ele, e foge da “homogeneização étnica”, o autor mostra que o “Nós” significaria “semelhança”, ao passo que o “eles” representaria o que é “diferente de nós”⁴³. Evidenciando que os ocupantes dos conjunto Álvaro Gaudêncio forjaram um sentimento de união comunitária, então o que havia era a batalha entre o *Nós* invasores e o *eles*, que não eram invasores e portanto não poderiam saber das reais necessidades daquelas pessoas sem-teto. Do mesmo modo que o *Nós* Poderes locais reconheciam no *eles*, aqueles que não faziam parte da *naturalidade*, portanto não deveriam estar ali.

A partir dos conceitos de Bauman podemos refletir que no espaço da invasão os moradores já introjetavam um sentimento de pertença ao local e de companheirismo entre as demais pessoas que ocupavam o conjunto.

O modelo *republicano* de unidade, de uma unidade emergente que é uma realização conjunta de agentes engajados na busca de auto-identificação; uma unidade que é um resultado, e não

⁴² Sra. Maria de Lourdes Oliveira da Silva. Entrevista concedida em 16 de Março de 2008.

⁴³ BAUMAN, Zygmunt. Capítulo 5 In: *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. pp.195 a 204.

uma condição dada *a priori*, da vida compartilhada; uma unidade erguida pela negociação e reconciliação, e não pela negação, sufocação ou supressão das diferenças.⁴⁴

Nessa passagem Bauman reflete sobre o modelo ideológico *republicano*, no qual os indivíduos realizam ações em conjunto na busca de auto-identificação, assim a identidade buscada não seria aquela imposta, mas uma identidade que se formaria a partir da participação de muitos, que somados originariam um efeito comum.

Logo no início formou-se um grupo representante de cada quadra do conjunto e a gente se reunia por quadra, em casa de algum morador, mas como tinha muita gente, então a gente pegava umas baterias de carro e fazia gambiarras, porque não tinha chegado luz ainda no local, e a gente deixava pra fazer as reuniões a noite porque era o horário que as pessoas já tinham chegado do trabalho e porque era mais difícil da polícia ficar sabendo, muitas vezes a polícia chegava, então a gente tinha que sair tirando tudo e correndo para não ser pego. A repressão era muito forte, até porque era na época da Ditadura Militar, então toda reunião era tida como subversiva, um conhecido meu, Roberto Donato, chegou a ser preso e eu escapei por pouco. Depois é que Dona Rivonise junto com outras pessoas formaram a Sab, mas mesmo assim, no início a chave ficava com o presidente da Sab de Bodocongó e depois de muito acordo é que conseguiram ficar com a chave.⁴⁵

Na entrevista o morador Aguinaldo Gomes revela que os moradores do conjunto buscavam se articular para reforçar o movimento de permanência do local, e também mostra que mesmo sem energia elétrica e com o risco de serem flagrados pelos policiais que guardavam o local, eles se unificavam para burlar a ação do Estado e desafiavam as autoridades formando reuniões secretas em busca de melhorias para o conjunto.

Nessas reuniões a gente buscava resolver as coisas do bairro, fazia abaixo assinado para reivindicar luz, água, pra construir posto médico e enviava para Cehap e para a prefeitura, a gente marcava audiência com o Secretário de Habitação pra resolver a situação da gente para poder legalizar tudo e ficar morando no conjunto, e também a gente combinava de fazer diques comunitários e cavar fossas nos finais de semana. Então quatro ou seis moradores se juntavam e cada semana faziam duas ou três fossas.⁴⁶

⁴⁴ BAUMAN, Zygmunt. Capítulo 5 In: **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. p.204.

⁴⁵ Sr. Aguinaldo Gomes da Silva, entrevista concedida em 28 de Março de 2008.

⁴⁶ Sr. Aguinaldo Gomes da Silva, entrevista concedida em 28 de Março de 2008.

Mais uma vez fica evidenciada a unificação dos membros da comunidade em busca de soluções para os problemas imediatos do Conjunto Álvaro Gaudêncio, o que reporta-nos à obra de Gilberto Velho, *Antropologia Urbana*, no tocante a “organização social”, onde se evidencia as práticas forjadas pelos moradores de sub-habitações que tecem suas “sociabilidades” como meio de sobrevivência e instituem alianças com os que lhes são “semelhantes”⁴⁷. Mas a união desses indivíduos não se restringia ao beneficiamento do local onde moravam, o sentimento de pertença ao bairro era tão evidente que os próprios moradores buscaram representa-lo em objetos que simulassem uma espécie de nacionalismo próprio ao Bairro das Malvinas, chegando a confeccionar Bandeira e Hino para figurar o lugar que verdadeiramente lhes acolhia como pátria, forjando uma identidade nacional para o bairro das Malvinas.

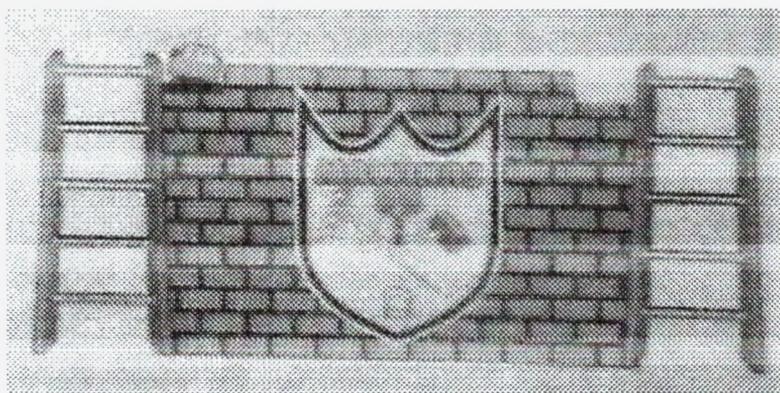


Imagem 12– Bandeira do Bairro das Malvinas. O significado dos cinco pontos: Escadas- Representavam as duas portei- ras que fechavam o conjunto. Muro- Falta de interesse dos políticos em resolver a situação. Escudo- Proteção, organização dos moradores. Ferramentas- ter acesso e fazer a limpeza das casas. A mão- A fé em Deus.⁴⁸

Uma vez que os sem-teto eram marginalizados e tidos como indivíduos não-naturalizados pelos que faziam parte do Estado-nação, estes optaram por construir sua própria nação, pois assim estariam cabendo em um novo território ao qual poderiam chamar verdadeiramente de pátria. A criação de símbolos de nacionalidade atesta, que no momento pós-ocupação o Estado passou a não mais enxergar aquelas pessoas como iguais, eles passaram da condição de cidadãos para inimigos, tornando-se sujeitos perigosos, e por isso mesmo deveriam ser contidos e recondicionados a naturalidade.

⁴⁷ VELHO, Gilberto (org.) *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p.19

⁴⁸ Fonte: DABLIU A. Bureau de Criação. Agência de Propaganda Expediente: **Especial Malvinas 24 anos**. Campina Grande-Paraíba, Março de 2007.p.03

Finalmente, após grandes obstáculos, os poderes políticos locais compreenderam que os ocupantes do conjunto não iriam deixar as casas e partiram para o cadastramento dos mesmos junto a Cehap.

Com a extinção do Regime ditatorial, e a permanência fixa dos moradores nas Malvinas, houve melhoria de vida para os habitantes do Álvaro Gaudêncio, que passaram a contar com o advento da água, da energia elétrica, de criação de escolas no local entre outros, que fez com que o desenvolvimento do bairro fosse acontecendo gradualmente, favorecendo aqueles que realmente souberam resistir e não abandonaram suas casas no primeiro momento.

Considerações finais

É difícil tecermos considerações finais após a análise de questões urbanas tão complexas e prementes, postas como desafiadoras para qualquer gestão pública, problema de falta de moradia para pessoas de baixa renda, que acabam gerando invenções nem sempre felizes como as sub-habitações que ornaram o corpo urbano de praticamente todas as cidades do Brasil. São questões de estruturação urbana que perpassam o sistema capitalista excludente que rege maior parte de nossas ações.

E através das estratégias de repressão é notória a atuação da Ditadura Militar como liderança opressora das massas. E no incidente aqui analisado fica evidente que os Poderes públicos atuam com maior desenvoltura e competência para excluir, tyrannizar e aterrorizar a população pobre que para finalmente inclui-la em planos de governo voltados para suas reais e vitais necessidades.

Em Campina Grande, como nos demais centros urbanos, o crescimento de habitações não acompanhou o crescimento populacional. Configurando a incapacidade de se por em prática um plano habitacional voltado aos cidadãos de mais baixa renda, o que evidencia a omissão mediante a miséria do povo. A incapacidade de se responsabilizar por sua incompetência faz com que se busque a atribuição de culpa no "outro", naquele que está fora do ciclo natural, e ousa não ser igual.

Intencionalmente construído a margem da cidade, o Conjunto Álvaro Gaudêncio configura ainda o propósito de limpeza urbana que afasta a pobreza do centro urbano forjando áreas nobres e áreas ordinárias.

Porém, o ato de invasão, foi uma ousadia dos campinenses pobres da época, que desarticulou o planejamento urbano para o Conjunto, e a permanência no local, mesmo com todas estratégias de repressão, mostrou que a resistência dos moradores foi uma desobediência as regras do Estado-nação, uma vez que ele não as incluía. Onde ficou claro que os Poderes não eram mais fortes que os moradores, pois esses também eram capazes formar estratégias para burlar o natural, e apoderar-se de discursos para legitimar suas ações. E até mesmo eram capazes de inventar uma nacionalidade na qual eles pudessem se inserir. Assim o ambiente de guerra transformou-se em

Pátria, ganhando não só um apelido, a princípio depreciativo, mas um nome que representava toda a batalha travada pela busca de um lar.

Nesse sentido, esperamos que as reflexões desenvolvidas, neste trabalho, possam contribuir para o exercício de pensar e planejar uma cidade mais justa e humana, onde as desigualdades sejam atenuadas; havendo um maior compromisso político e social com os milhões de trabalhadores que constituem a grande parte da força de trabalho desse país, para que sua inclusão na sociedade não seja periférica como um cidadão mutilado do direito à cidade e a dignidade.

Portanto, admitimos que mais do que em nem um outro espaço, é no espaço da cidade onde percebemos a permanente disputa entre os poderes hegemônicos, o Estado e uma imensa camada da sociedade à espera de seu devir cidadão. Desta forma, reafirmamos que não só o planejamento urbano, mas também a gestão urbana e o poder público, devem cumprir seu papel mediante a sociedade de realizar uma política de bem estar social que abranja principalmente aos cidadãos de mais baixa renda, uma vez que eles predominam o espaço urbano.

Referências

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt."Comunidade" In: **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed,2001.pp.193-230

CERTEAU, Michel de."operação historiográfica". In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.

PINSKY, Carla Bassanezi.(org.) **Fontes históricas**.- São Paulo: Contexto, 2005.

VELHO, Gilberto (org.) **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

Periódicos:

DABLIU A. Bureau de Criação, Agência de Propaganda Expediente: **Especial Malvinas 24 anos**. Campina Grande- PB. Março de 2007.

Jornal Diário da Borborema- 03 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão- 18 de Fevereiro de 1983

Jornal Gazeta do Sertão- 01 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão- 04 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão -05 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão- 06 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão- 08 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão- 10 de Abril de 1983.

Jornal Gazeta do Sertão -12 de Abril de 1983.

Jornal Nacional – 03 de Abril de 1982

Jornal da Paraíba- 06 de Abril de 1983.

Entrevistas:

Sr. Aguinaldo Gomes da Silva, entrevista concedida em 28 de Março de 2008.

Sra. Maria Alves Nunes, entrevista concedida à autora em 24 de Março de 2008.

Sra. Maria de Lourdes Oliveira da Silva. Entrevista concedida em 16 de Março de 2008.

Sra. Maria das Neves Rocha, entrevista concedida à autora em 28 de Março de 2008.

Sra. Maria do Socorro Ribeiro, entrevista concedida em 16 de Março de 2008

Sra. Nilda Silva dos Santos, entrevista concedida em 14 de Abril de 2008.

Sites:

Assembléia Legislativa da Paraíba. "Caderno de notícias".
<http://alpb.codata.pb.gov.br/noticia.php?cod=241> acessado em 18 de Setembro de 2008.

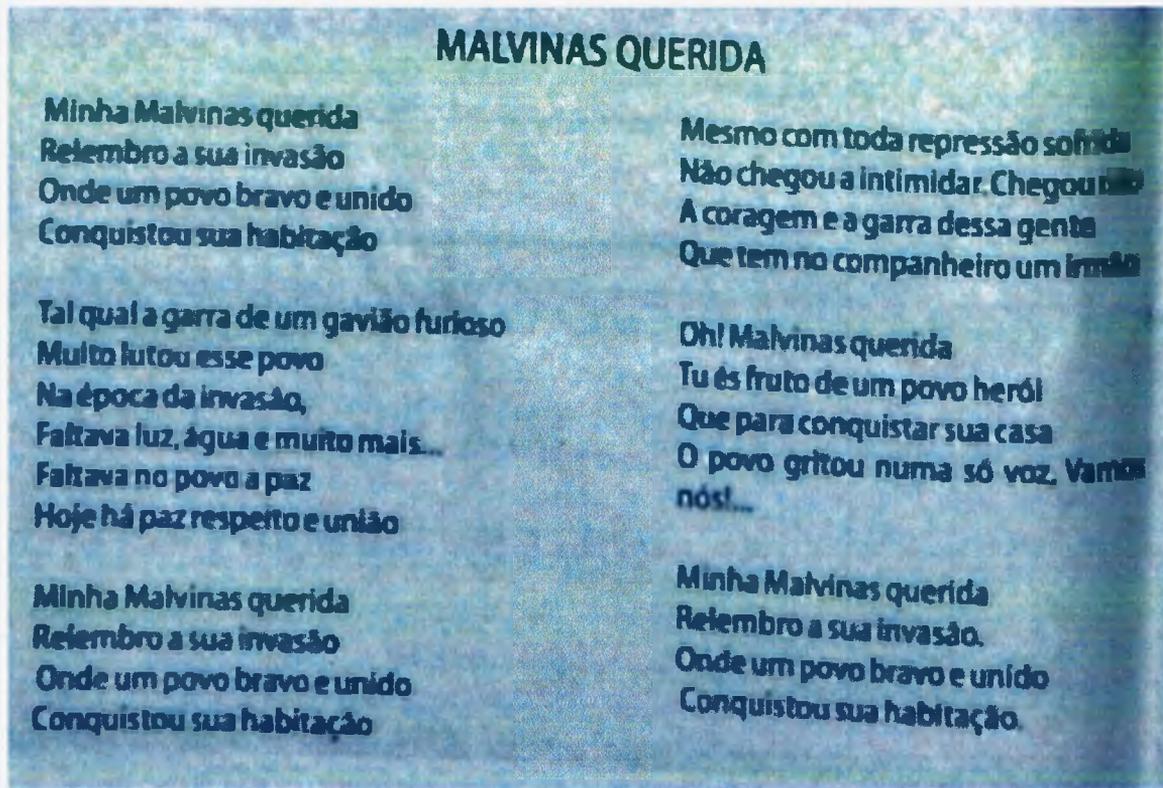
Associação Campinense de Imprensa ACI. <http://aci.online.vilabol.uol.com.br>,
acessado em 27 de Julho de 2008.

Folha de notícias on-line. www.paraibanews.com acessado em 20 de Setembro de 2008.

Revista Cidades do Brasil. Site: www.cidadesdobrasil.com.br acessado em 28 de Julho de 2008.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. "Conjunto Álvaro Gaudêncio". Disponível em:
www.wiki.com.pt. Acesso em: 28 / 04 / 2008.

Anexo:



Hino do Bairro das Malvinas

Autor: Adigelson Cavalcante